

A influência da globalização na metodologia do Programa Estadual de Prevenção da Violência.

Fabiana Jorge da Silva¹

Introdução.

O presente ensaio busca apresentar, sucintamente, a metodologia do Programa de Prevenção de Violência no Estado do Rio Grande do Sul - PPV, e mostrar em que medida o processo de globalização e a mudança de paradigma da organização em rede que acompanhou o processo de globalização, influenciaram na formulação da metodologia do Programa.

Como principal elemento da metodologia, o Programa preconiza a criação de redes de prevenção e atenção a vítimas de violência. Tais redes, integradas pela sociedade civil e pelas instituições, bem como pelos organismos estatais, são o que Reigadas chama de redes *glocals*, pois ainda que formadas no interior de um município, comunicam-se com os demais municípios integrantes do programa e com instituições internacionais como a UNESCO que executa o programa no Estado.

A globalização e a metodologia do PPV.

Reconhecendo a violência como uma questão de saúde pública e adotando a definição da Organização Mundial da Saúde: “Violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cria uma Câmara Setorial específica para a prevenção da violência através do Decreto 44.907/2007 de 27 de fevereiro de 2007. Esta Câmara é composta por um representante de cada uma das secretarias estaduais. Posteriormente esta câmara ficou conhecida como o grupo técnico de gestores estaduais que define e orienta programas, estratégias e diretrizes ligadas ao tema de prevenção da violência.

Buscando a intersetorialidade, o Programa passa à responsabilidade do Gabinete da Governadora do Estado, vinculado ao Programa Estruturante "Nossas

¹ Mestre em Ação Internacional Humanitária pelas Universidades de Aix-Marseille II e Deusto. Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas, ano 2010-2011. <http://lattes.cnpq.br/8488043359043212>

Cidades". Desta maneira, todas as secretarias poderiam e se veriam obrigadas a aportar sua contribuição para o sucesso do Programa.

Após, entendendo que a participação da sociedade civil não substitui os agentes estatais, mas contribui para a democratização e controle social da gestão pública e querendo a participação desta sociedade, o Governo do Estado cria o Comitê Estadual para a Prevenção da Violência no Rio Grande do Sul, através do Decreto 44.908 de 2007, que é composto pela Câmara Setorial e pela sociedade civil.

O Programa visa reduzir em 20% os indicadores de violência nos 50 municípios mais violentos do Estado identificando os principais desafios através de um diagnóstico municipal, integrando as soluções existentes no município, articulando as instituições públicas e privadas, promovendo as ações governamentais e não governamentais e construindo uma rede social de atenção às vítimas e prevenção da violência.

O Governo espera que todos estes 50 municípios possam, até 2012, aderir ao programa e, seguindo a metodologia preconizada, possam criar suas redes de prevenção de violência através de seus grupos técnicos de gestores municipais e seus Comitês Municipais de Prevenção da Violência. Estes comitês, com atribuições muito similares às do Comitê Estadual, devem ter seu regimento interno, sua mesa diretora eleita em assembléia e o presidente ser um representante da sociedade civil.

Para executar o programa, o Governo do Estado firma um acordo de parceria com a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Através da UNESCO são contratados os consultores responsáveis por apoiar os municípios a implementar a metodologia do programa.

A metodologia proposta pelo programa tem suas origens no novo paradigma da organização social em rede, incentivada pela globalização e acelerada pela modernidade. *Mister* se faz entender a globalização para vê-la refletida na metodologia do PPV, já que é inegável que os processos globalizantes interferem diretamente na forma de participação da sociedade.

Roland Robertson (1999, p.23), embora proponha a globalização como um problema, nos ensina que a mesma é a compressão do mundo e ao mesmo

tempo a intensificação da consciência do mundo como um todo. Sua idéia de campo global nos mostra que a globalização, embora tenha se intensificado na modernidade, não é um processo conseqüente desta, já que vem sendo concebida há muitos anos. A exemplo, as navegações, depois as guerras mundiais, ainda a tomada de consciência dos anos 60 em busca de amor e paz mundial e, acelerando o processo, as tecnologias de informação e comunicação, que são capazes de conectar um chinês budista a um brasileiro católico que nunca saíram de suas cidades natais.

Como se vê, as sociedades, embora distantes umas das outras, podem estar convergindo em áreas tecnológicas e econômicas e divergindo em outros aspectos como sociais e culturais.

Maria Cristina Reigadas vê a globalização como “procesos de intensificación de los intercambios de bienes, mensajes y personas a escala mundial que implican cambios profundos en la percepción y representación del tiempo y del espacio” (2006, p.165).

Essas mudanças criaram mutações nas configurações de nossas identidades sociais e pessoais, em nossas sensibilidades e em nossos esquemas simbólicos.

Mas porque a globalização levaria a esta mudança de paradigma de organização da sociedade? Porque a globalização seria a origem da organização em redes?

São de Castells (1999: 108-199) as lições sobre as cinco características centrais do novo paradigma supracitado: 1º - a informação é matéria-prima; 2º - as novas tecnologias penetram em todas as atividades humanas; 3º - a lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações usando essas novas tecnologias; 4º - a flexibilidade de organização e reorganização de processos, organizações e instituições; e, 5º - a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Ademais, as sociedades como convergem em aspectos tecnológicos, mas divergem em aspectos sociais, se cansam de ser atravessadas pelas injustiças, exclusões sociais e econômicas e buscam novas formas de cidadania. No nível global,

por exemplo, quando há manifestações de cessar guerra por um país que os manifestantes sequer o conhecem, ou no nível local, quando comunidades se organizam em rede para solucionar problemas locais como falta de segurança, ou ainda regional, quando o Estado percebendo-se pequeno para fazer frente aos problemas, convoca a sociedade civil para participar da toma de decisões.

É de Reigadas (2006, p.171) a lição de que:

La globalización pone de manifiesto algo ya existente pero difícilmente sabido: que lo local no es una determinación geográfica natural sino una construcción cultural producto de historias múltiples que no empiezan y acaban necesariamente allí. Hoy los procesos de globalización contribuyen a la destrucción de las nociones de espacio y tiempo sostenidas por el sentido común (...).

Se o espaço e tempo não são mais os conhecidos pela física e pelo sentido comum, o espaço de exercer a cidadania também mudou. A globalização cria a consciência global e não se pode mais manter impunemente, sociedades isoladas ou excluídas. Estas se organizam em redes para poder assumir as rédeas de seus destinos e recebem ajuda de outras sociedades e de outros estados nações, seja para o bem ou para o mal, ou seja, para a prevenção da violência ou para o tráfico internacional, para a preservação do meio ambiente ou para a criação de grandes monopólios financeiros e guerras mundiais.

Esse elo entre todas as regiões do mundo originaria uma poderosa rede de dependências mútuas, conhecida pelo termo de Aldeia Global, criado pelo sociólogo Marshall MacLuhan e amplamente criticado por Robertson (1999) que crê que o processo de globalização não é apenas o resultado dos processos intra-sociais. Para ele a globalização ao envolver a relativização das dimensões social e individual aos pontos de natureza geral ou supranacional, vai implicar a existência de ligações sociais e fenomenológicas entre o próprio indivíduo, a sociedade nacional, o sistema internacional de Estado e a humanidade em geral.

A metodologia do Programa de Prevenção da Violência surge destas reflexões sobre globalização, cidadania, novas formas de exercer cidadania, capacidade do Governo de resolver o problema da violência nos municípios do Estado, aldeia global e consciência global. Foi proposta a formação de redes como carro chefe do programa, pois estas ultrapassam as fronteiras do local e do nacional, e as instituições e

sujeitos que fazem parte delas são os “nós”, instancias flexíveis que podem dar lugar a outros “nós” sem prejudicar o andamento das redes. As redes aumentam a capacidade de participação social cidadã, aumentam a capacidade de conexão entre os indivíduos e as instituições e entre eles mesmos, ou seja, aumenta a força associativa dos integrantes das redes, promovendo intercâmbio de informações e construindo capital social que será gerador de bem estar para os integrantes das redes.

Reigadas (2006, p. 173) nos mostra ainda a importância das redes:

Si la propuesta de construcción de una sociedad civil vigorosa son vistas cómo amenazas por los partidarios del estatalismo a ultranza, cuánto más las que plantean la necesidad de construcción de redes sociales e instituciones locales. En este caso el peligro es visualizado como doble, ya que pugna por devolver protagonismo a la sociedad civil, a la vez que promueve la creación de instancias transnacionales. Sin embargo, estos objetivos no apuntan a debilitar el poder de los Estados Nacionales, sino, por el contrario, se propone aliviar al Estado de tareas que la sociedad civil puede hacer, a fin de poder reclamarle que cumpla aquéllas funciones que le son propias.

O Programa de Prevenção da Violência seguiu esta linha de pensamento para definir sua metodologia e estabeleceu os 50 municípios mais violentos no Estado com base em indicadores de morte externa. São eles:

Tabela 1 – Lista dos 50 municípios mais violentos do Estado do RS.

1º. Porto Alegre	21º. Cachoeirinha	40º. São Luiz Gonzaga
2º. Caxias	22º. Alegrete	41º. Camaquã
3º. Canoas	23º. Cruz Alta	42º. São Lourenço do Sul
4º. Passo Fundo	24º. Montenegro	43º. Soledade
5º. Pelotas	25º. Esteio	44º. Torres
6º. São Leopoldo	26º. Ijuí	45º. Santiago
7º. Novo Hamburgo	27º. Vacaria	46º. Rosário do Sul
8º. Santa Maria	28º. Cachoeira do Sul	47º. Eldorado do Sul
9º. Alvorada	29º. Santa Rosa	48º. Parobé
10º. Gravataí	30º. Sapiranga	49º. Estrela
11º. Rio Grande	31º. Santo Ângelo	50º. Canguçu
12º. Santa Cruz do Sul	32º. São Borja	
13º. Viamão	33º. Venâncio Aires	
14º. Uruguaiana	34º. Santana do	
15º. Lajeado	Livramento	

16°. Erechim	35°. Taquara	
17°. Sapucaia do Sul	36°. Farroupilha	
18°. Bagé	37°. Carazinho	
19°. Guaíba	38°. Candelária	
20°. Bento Gonçalves	39°. São Gabriel	

Conclusão.

Observa-se que a metodologia do PPV é consequência de um processo que se desenvolveu naturalmente e que foi criada nestes moldes para garantir sua sustentabilidade, viabilidade e sucesso. Este processo natural que tratamos neste ensaio, como globalização surge, segundo alguns historiadores, como vimos já com as navegações e vai avançando naturalmente, a par das teorias que tentam explicá-la. Este processo natural dá origem a uma consciência global que conseqüentemente dá origem a uma nova forma de organização social, as redes.

O sucesso do Programa depende de conciliar seus objetivos com esta nova forma de organização social, respeitando as relações e esquemas simbólicos das redes.

Referencias Bibliográficas.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Segurança Pública.

Disponível em: <www.ssp.rs.gov.br> Acesso em: 18/04/2010.

Castells, Manuel. **A sociedade em Rede**. 12ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1999. n.ºp.698.

Reigadas, Maria Cristina. Las condiciones de la participación democrática em la era de la globalización. in **Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública**. 1ª edição. Recife, Ed.Universitária da UFPE, 2006. p.163-182.

Robertson, Roland. **Globalização: teoria social e cultura global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 23- 53.